

ATA N.º 62: Grupo de Trabalho sobre Pesca de Pelágicos

6 de setembro de 2023

 Hemiciclo do Conselho Regional de *La Réunion*

1. Introdução. Natureza da reunião

O Grupo de Trabalho sobre Pesca de Pelágicos do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) reuniu-se, em formato híbrido, a partir do Hemiciclo do Conselho Regional de *La Réunion*, às nove horas, do dia (6) seis de setembro de (2023) dois mil e vinte e três.

2. Sessão de boas-vindas do Presidente do Grupo de Trabalho

O Sr. Gualberto Rita (*Federação das Pescas dos Açores* e Presidente deste grupo de trabalho) cumprimentou todos os presentes e deu início à reunião.

3. Informações administrativas e Adoção da agenda

A Secretária-Geral do CCRUP informou que a ata da última reunião tinha sido aprovada por consenso e por escrito, no dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e três. Informou que havia interpretação simultânea em português, espanhol, francês e inglês e que a reunião estava a ser gravada para efeitos de redação de ata. A agenda da presente reunião tinha sido adotada, por consenso e por escrito, no dia 5 de setembro de 2023.

4. Apresentação sobre «Medidas de gestão adotadas pela Comissão do Atum do Oceano Índico (IOTC), para proteger os recursos e as comunidades das regiões ultraperiféricas, nomeadamente *Mayotte* e *La Réunion*»: Comissão do Atum do Oceano Índico – Sr. Gerard Domingue;

O Sr. Gerard Domingue (Gestor de Conformidade na Comissão do Atum do Oceano Índico - IOTC) informou que o IOTC era uma organização inter-governamental e cujo funcionamento iniciou em 1997. O objetivo do IOTC era gerir de forma sustentável as unidades populacionais de atum e espécies similares, no Oceano Índico e nos mares adjacentes. O IOTC não adotava medidas por diferentes zonas de pesca. Era uma das cinco organizações regionais de gestão das pescas

(RMFOs) sobre o atum, integrava 30 partes contratantes e uma parte não contratante cooperante. Os dados estatísticos do IOTC eram obtidos através de várias fontes, nomeadamente da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), mas não através das partes contratantes.

Informou que o atum albacora (*Thunnus albacares*) estava sobre-pescado. Mostrou um gráfico que relacionava o total de capturas de atum e o tipo de artes de pesca, ao longo dos últimos 70 anos, onde se verificava que desde 1950 até 2005, o total de capturas de atum albacora tinha aumentado. Por volta dos anos 80, houve um aumento da frota industrial. Contudo, houve uma diminuição das capturas de atum pela da pesca industrial e um aumento das capturas pela pesca costeira, inclusive a pesca com linhas e anzóis, que se devia ao facto de algumas partes contratantes estarem a aumentar a frota costeira, nomeadamente a aumentaram o número de embarcações, eficiência e capacidade de pesca. Desde 2016, foram adotadas medidas de conservação e gestão das unidades populacionais de atum albacora (*Thunnus albacares*), no Oceano Índico: os limites de capturas deixaram de ser aplicáveis apenas às embarcações que estavam no registo de autorizações do IOTC, para serem aplicáveis a todas as embarcações. O maior problema nas negociações, no decorrer das reuniões do IOTC, era gerir os diferentes interesses das pescarias artesanais e das pescarias industriais. As pescarias artesanais estavam associadas à subsistência das comunidades locais, enquanto as pescarias industriais estavam relacionadas com objetivos comerciais. Houve novas medidas no IOTC para diminuir o número de dispositivos de agregação de pescado (FADs): passando de 500, em 2015, para 300, em 2019. Durante a pandemia da COVID-19, houve dificuldades em organizar reuniões e haver consenso nas negociações, entre os membros. As atuais medidas relacionadas com a monitorização, controlo e vigilância, podiam ser categorizadas como baixas, médias ou altas conforme são mais completas (se englobavam todas as partes interessadas), transparentes (definiam quem pode aceder à informação) e integrantes (se as medidas podiam ser consolidadas, de acordo com os interesses das partes interessadas). Informou que nem todas as informações reportadas e recolhidas pelo IOTC, estavam disponíveis publicamente. Comentou que ultimamente estavam a ser tomadas medidas para melhorar o sistema de monitorização de navios (VMS) e que tinha sido constituído um grupo de trabalho para discutir detalhes técnicos e financeiros, mas o nível de participação neste Grupo de Trabalho tinha sido baixo e, conseqüentemente, o envolvimento das partes contratantes – de modo geral – tinha sido fraco, o que atrasava as negociações. Algumas partes interessadas de relevo, não faziam parte da discussão atual e os pontos acordados podiam,

posteriormente, ser contestados na IOTC. Existia um programa a documentação de capturas (CDS) do IOTC, para substituir o Programa de Documentação Estatística. Tal como em outras RFMOs, o IOTC pretendia implementar um Esquema de Embarque e Inspeção em Alto Mar (HSBIS), contudo ainda estavam a decorrer as negociações, até aquele momento sem sucesso. Agradeceu e mostrou a sua disponibilidade para esclarecer questões.

5. Perguntas e respostas;

O Sr. Charif Abdallah (*Chambre de l' Agriculture, de la Pêche et de l' Aquaculture de Mayotte*) agradeceu a apresentação do Sr. Gerard Domingue. Sugeriu que houvesse uma análise das embarcações que pescavam atum e que essas embarcações passassem a pescar em diferentes zonas e épocas do ano, para que houvesse menor impacto nos recursos. Considerou que devia haver mais inspeções e controlo das pescas, nomeadamente a pesca de atum em Maiote, Comores, Madagáscar e na ilha da Reunião. Além disso, era necessário formar mais inspetores de pesca.

O Sr. Gerard Domingue, esclareceu que o secretariado do IOTC não podia propor novas medidas. As propostas deveriam ser apresentadas através das partes contratantes, para serem debatidas e – eventualmente - aprovadas. O grupo de trabalho sobre o sistema VMS estava a discutir novas medidas, inclusive a existência de observadores a bordo e a obtenção de informação - em tempo real - sobre a quantidade de embarcações a pescar. Contudo, o IOTC ainda não tinha uma decisão sobre a implementação dessas medidas. No IOTC existiam dois programas com observadores a bordo, contudo eram utilizados apenas para fins científicos. Os membros eram obrigados a ter observadores a bordo em, pelo menos, 5% da sua frota. Informou que havia um plano regional, no oceano Índico ocidental, que envolvia cinco membros do IOTC.

O Sr. Leonard Ragnauth (*Comité Régional des Pêches Maritimes et Élevages Marins de Guyane française*) questionou sobre o facto da pesca artesanal ter aumentado e a pesca industrial ter diminuído, significava que a pesca artesanal era a responsável pela sobrepesca dos recursos.

O Sr. Xavier Leduc (*Organización des Producteurs de Thon Congelé et Surgéle - Orthongel*) informou que a pesca de cerco representava 35% das capturas de atum albacora (*Thunnus albacares*) no Oceano Índico, pelo que as outras artes de pesca tinham maior impacto sobre o estado de conservação das unidades populacionais. Comentou que algumas partes contratantes utilizavam artes de pesca interditas, como era o caso das redes de emalhar derivantes. Havia falta de dados sobre as pescarias de palangre e salto e vara. Questionou, se para além dos impactos conhecidos pela pesca de cerco, quais eram os impactos das outras pescarias.

O Sr. Gualberto Rita questionou qual era a possibilidade de haver alocação de quota para a pesca artesanal, pois era importante garantir a subsistência desse tipo de pesca.

O Sr. Gerard Domingue esclareceu que a diminuição da pesca industrial tinha ocorrido devido às medidas adotadas no IOTC. Os membros do IOTC estavam a fazer um esforço para diminuir as suas capturas de atum. Por outro lado, a pesca artesanal aumentou, porque alguns membros aumentaram a sua frota artesanal e aumentaram a eficiência das embarcações. A distribuição das quotas era realizada com base nas capturas históricas e, talvez por esse motivo, alguns membros aumentaram as suas capturas de atum albacora (*Thunnus albacares*). Foi reportado ao IOTC que, na área do Índico, havia pesca de atum através de redes de emalhar derivantes. Contudo era necessário um mandato para investigar essas zonas. Solicitou que os membros reportassem oficialmente as informações sobre o uso de artes de pesca interditas, à Comissão do IOTC, para poderem tomar uma decisão. Comentou que todas as pescarias tinham impacto sobre as unidades populacionais, mas havia artes de pesca que tinham um maior impacto, como era o caso das redes derivantes, pois não eram uma arte de pesca seletiva. Uma grande parte das capturas de atum albacora (*Thunnus albacares*) era realizada através da pesca com palangre. As restantes pescarias não tinham um impacto tão significativo nas capturas de atum albacora (*Thunnus albacares*). Havia negociações sobre a atribuição de quotas a cada Membro, mas ainda estavam a discutir os critérios para essa atribuição. A quota atribuída não seria dirigida a um tipo de pesca, pelo que os membros é que seriam responsáveis pela sua distribuição. Os atuns tropicais: atum albacora (*Thunnus albacares*), atum rabilho (*Thunnus thynnus*) e o bonito (*Katsuwonus pelamis*) eram espécies altamente migratórias, pelo que era difícil negociar as suas quotas.

A Secretária-Geral agradeceu e informou que a Sra. Constance Rambourg (*Australian National Center for Ocean Resources Security - ANCORS*) estava a colaborar com o secretariado do CCRUP, no âmbito de um projeto da universidade da Austrália e solicitou que ela se apresentasse.

A Sra. Constance Rambourg, informou que era investigadora no ANCORS e aluna de doutoramento, na Universidade da Austrália. Atualmente, estava a liderar um estudo sobre a participação das RUPs nas RFMOs, em particular no IOTC. Agradeceu a oportunidade de participar na reunião. Solicitou aos membros que estivessem interessados, que enviassem informações sobre a sua participação através da delegação da UE, nas reuniões das RFMOs. Solicitou, particularmente aos membros de Maiote e da Ilha da Reunião, que indicassem se os seus interesses - inclusive os interesses da pequena pesca costeira -, estavam a ser ouvidos.

5. Perspetivas da Comissão Europeia para as negociações, nas próximas reuniões do IOTC: DG MARE Unidade B2 - Sr. Marco Valletta;

O Sr. Marco Valletta (DG MARE - Unidade B2) cumprimentou todos os presentes. Informou que a participação da CE nas reuniões do IOTC era uma das prioridades da DG MARE. Depois do Oceano Atlântico, o Oceano Índico era a segunda zona global de interesse de pesca mais importante para a UE. As negociações no IOTC eram um grande desafio, pois incluíam vários países, com diferentes interesses. Informou que na última reunião extraordinária do IOTC, em fevereiro do corrente ano, no Quênia, tinha adotada pela maioria a Resolução 23/02 sobre a gestão dos dispositivos derivantes de concentração de pescado (dFADs), na zona de competência do IOTC. A CE apresentou uma objeção a essa medida. Nas reuniões anuais, de 8 a 12 de maio do corrente ano, nas Maurícias, foram adotadas algumas medidas como a introdução de limites de captura para o atum patudo (*Thunnus obesus*). Ao contrário de outras RFMOs, o IOTC não tinha critérios de alocação de quotas estabelecidos e apenas em 2024-25, estava previsto o estabelecimento desses critérios. Um dos desafios nas próximas negociações era a alocação de quota de atum albacora (*Thunnus albacares*). Isto porque, algumas partes contratantes pretendiam aumentar a sua quota. Contudo, devido ao estado de conservação das unidades populacionais de atum, era necessário reduzir as quotas. A CE estava preparada para realizar um esforço adicional e reduzir a quota de atum albacora (*Thunnus albacares*), mas era necessário garantir que as restantes partes também o fizessem. Outro dos desafios das próximas negociações, seria a obtenção de consenso sobre as medidas para a gestão dos dFADs. A CE tinha apresentado três propostas para melhorar a gestão dos dFADs: redução do número de dispositivos, aumento da sua traçabilidade e alteração da sua composição, particularmente, o aumento da sua biodegradabilidade. A CE estava à espera de um parecer do Comité Científico do IOTC sobre o período de encerramento dos dFADs e também era importante obter mais conhecimento sobre o impacto da captura de atuns juvenis através dos FADs ancorados e dFADs. Deu o exemplo de ter sido adotada uma resolução sobre a gestão de dFADs, no âmbito da Comissão Inter-Americana do Atum Tropical (IATTC), com base numa proposta da CE, ou seja, nos próximos 5 a 6 anos os dFADs passarem a ser progressivamente biodegradáveis. As capturas de atum bonito (*Katsuwonus pelamis*) tinham aumentado e, apesar da espécie estar num bom estado de conservação, era necessário prevenir para que não ficasse no mesmo estado que o atum albacora (*Thunnus albacares*) e o atum patudo (*Thunnus obesus*). Considerou que as próximas reuniões seriam

importantes e seria necessário haver mais consenso entre as 30 partes contratantes.

6. Perguntas e respostas;

O Sr. Jean-Michel Cotrebil (*Comité Régional des Pêches Maritimes et Élevages Marins de Martinique*) referiu que a CE ainda não compreendia a diferença entre os FADs (ancorados) e os dFADs (derivantes). Na Martinica pescavam com FADs (ancorados). Contudo, a CE deixou de compartilhar o uso de FADs (ancorados). Questionou se a CE já tinha refletido sobre a criação de FADs (ancorados) biodegradáveis e quais os estudos realizados. Questionou ainda como seriam fabricados os FADs (ancorados) e quais seriam as fontes de financiamento.

O Sr. Miguel Herrera (Organización de Productores Asociados de Grandes Atuneros Congeladores - OPAGAC) informou que as seis partes contratantes que rejeitaram a medida sobre a gestão dos dFADs (derivantes) – representavam 45% dos totais de captura de atum rabilho (*Thunnus thynnus*). No primeiro ano de negociações, para a elaboração da Resolução 23/02, em 2014, as referidas 6 partes contratantes, representavam precisamente metade das capturas de atum. Questionou sobre quais as perspectivas da CE para que haja consenso e os 6 países apoiem uma nova medida.

O Sr. Marco Valletta, informou que a CE coopera com cientistas para estudar a possibilidade de tornar os dFADs (derivantes) biodegradáveis. A CE pretendia alterar o nível de biodegradabilidade dos dFADs (derivantes), de 5 (o nível menos biodegradável) para o nível 2, até 2030. Em 2031, a CE decidiria se os dFADs (derivantes) passarão para o nível 1, ou seja, se serão completamente biodegradáveis. A biodegradabilidade e traçabilidade dos dFADs (derivantes) não era a solução ideal, mas, neste momento, era a solução mais consensual. Relativamente à alocação de quotas, nomeadamente, do atum rabilho (*Thunnus thynnus*), informou que não era aceitável o aumento exponencial de capturas, por parte dos 6 países que recusaram implementar as medidas de gestão. Era necessário que todas as partes contratantes realizassem um esforço e reduzissem as suas capturas. A criação de um sistema de alocação de quotas, no IOTC, poderia ser uma solução viável para as negociações sobre as quotas de atum rabilho (*Thunnus thynnus*). Havia países que queriam debater a alocação de quotas, sem estar estabelecido o sistema de critérios para a sua alocação. Contudo, a CE considerava que era necessário haver um fórum de discussão prévio, que seria importante para auxiliar qualquer discussão sobre as quotas de atum.

7. Debate entre os membros sobre possível recomendação à Comissão Europeia, sobre as negociações nas próximas reuniões anuais da Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico;

O Sr. Gualberto Rita informou que havia urgência em enviar uma recomendação consensual, antes das próximas reuniões anuais da Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico (ICCAT), a decorrer em novembro.

A Sra. Emília Dyer (*International Pole and Line Foundation* e Vice-presidente do grupo de trabalho) referiu que as reuniões do ICCAT eram divididas em quatro painéis. Este ano as reuniões do painel 1 sobre os atuns tropicais teriam uma maior relevância, pois seriam debatidas as quotas do atum patudo (*Thunnus obesus*). No próximo ano seriam avaliadas as unidades populacionais do atum albacora (*Thunnus albacares*). Assim, era importante que a recomendação do grupo de trabalho fosse sobre o atum patudo (*Thunnus obesus*) e o atum albacora (*Thunnus albacares*) e os seus respectivos critérios de alocação de quotas. Recordou que as quotas debatidas no ICCAT determinavam a quota atribuída à Comissão Europeia e, só posteriormente, é que a Comissão Europeia distribuía (internamente) a sua quota pelos Estados Membros. Sugeriu que, caso os membros quisessem realizar uma recomendação sobre atribuição de quotas, a mesma fosse separada.

O Sr. David Pavón (*Federación Regional de Cofradía de Pescadores de Canarias*) sugeriu que se recomendasse a atribuição de uma quota diretamente pela Comissão Europeia, para as pescas artesanais das regiões ultraperiféricas (RUPs).

O Sr. Miguel Herrera indicou que tinha reservas quanto à forma como este mecanismo poderia ser operacionalizado: D. David Pavón indicou que o ICCAT atribuía quotas diretas para o atum Rabilho (*Thunnus thynnus*), contudo era necessário compreender como poderia ser atribuída uma quota direta às pescas artesanais das RUPs através da Comissão Europeia. A OPAGAC indicou que, embora, em princípio, apoiasse medidas para acomodar os interesses das frotas artesanais. Relativamente às reuniões do Painel 1 do ICCAT, informou que a Comissão Europeia não esteve muito ativa no debate e que era necessário saber quais seriam as propostas apresentadas na próxima reunião do Painel 1, no dia 23 de novembro. A pesca industrial do Oceano Atlântico reduziu o seu esforço de pesca e as suas capturas, informação essa que estava refletida nos dados do ICCAT. Durante a última reunião do Painel 1, foi solicitado ao presidente

do Comité Científico que se realizasse uma avaliação preliminar da evolução das capturas de atuns juvenis no Atlântico e foi possível observar essas capturas, nomeadamente de juvenis de atum patudo (*Thunnus obesus*) tinham diminuído drasticamente, nos últimos anos.

O Sr. José Basílio (*Federación Nacional de Cofradía de Pescadores*) concordou com a sugestão do Sr. David Pavón. No ano 2021, o Parlamento Europeu num dos seus relatórios mencionou que era necessário atribuir uma quota separada à pesca artesanal das RUPs. Informando que a Espanha foi um dos membros que não concordou com a proposta, mas que era importante voltar a insistir.

O Sr. Xavier Leduc perguntou se tinham contactado o Conselho Consultivo da Frota de Longa Distância (LDAC) para redigir uma recomendação em conjunto, relativamente às próximas reuniões do ICCAT.

A Secretária-Geral recordou que o CCRUP pertence a um grupo de trabalho entre conselhos consultivos, em conjunto com o LDAC, o Conselho Consultivo do Mediterrâneo (MEDAC) e o Conselho Consultivo para as Águas Ocidentais Austrais (CCSUL). Este grupo foi criado com o intuito de discutir questões relacionadas com o ICCAT, contudo, os conselhos consultivos ainda estavam a tentar compreender quais os assuntos consensuais, para posteriormente redigirem recomendações conjuntas. Referiu que o LDAC recomendava sobre a frota europeia que pescava nas águas de países terceiros e que o CCRUP recomendava sobre a frota que pescava nas bacias oceânicas das RUPs, pelo que poderiam ter poucos assuntos de interesse em comum.

O Sr. Jorge Gonçalves (Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores) sugeriu que, na recomendação, fosse ainda incluído o facto da pesca de atum nas RUPs ser sustentável, pois era realizada através de um homem e um anzol. Também era importante referir que os atuns eram espécies migratórias e, por isso, a pesca de atum nas RUPs era sazonal. Acrescentou que as frotas das RUPs não tinham condições de segurança, nem autonomia, para permitir viagens muito longínquas da linha da costa. Reforçou ainda, que era importante haver uma discriminação positiva para todas as RUPs, uma vez que eram regiões com pescarias muito específicas.

O Sr. Nicolas Blanc (Sciaena) informou que, tal como em recomendações anteriores, a Sciaena apoiava uma discriminação positiva para as RUPs. A recomendação era que a Comissão Europeia atribuísse uma quota diretamente às RUPs. Recordou que havia reunião preparatória do

Painel 1 do ICCAT, no dia 23 de outubro e que era importante enviar uma recomendação antes dessa data.

O Sr. Charif Abdallah (*Chambre de l' Agriculture, de la Pêche et de l' Aquaculture de Mayotte*) informou que a frota industrial tinha grande parte da quota atribuída para a captura de atum, enquanto a quota para a Ilha da Reunião e Maiote era muito reduzida. No ano transato, a quota de Maiote foi de 100 toneladas de atum. A pesca local deveria ser valorizada para, inclusive, não ser necessário importações.

A Sra. Anne-France (*Europêche*) indicou que o LDAC tinha um mandato, não só no que diz respeito aos acordos de parceria para a pesca sustentável, onde os navios sob bandeira europeia pescavam nas ZEE de países terceiros, mas também em todas as zonas e RFMOs, onde a frota de longa distância pescava sob autorização, especialmente nas zonas da ICCAT e da Comissão do Atum do Oceano Índico (IOTC). Seria interessante redigir uma recomendação em conjunto.

A Secretária-Geral referiu que o CCRUP já tentou redigir recomendações conjuntas com o LDAC, mas sem sucesso. Informou que iriam reforçar o interesse.

O Sr. Xavier Leduc informou que, há dois anos, que a quota francesa foi repartida entre as embarcações cercadoras da metrópole e as pescarias artesanais da Ilha da Reunião e de Maiote. No seu conhecimento, Maiote não tinha apenas 100 toneladas de quota de atum. No ano transato e em 2021, a quota atribuída a estas duas RUPs, não foi capturada na sua totalidade, pelo que não compreendia o problema de a mesma ser repartida pelas restantes frotas.

O Sr. Charif Abdallah referiu que foi atribuída uma quota muito significativa à Ilha de Maiote, cerca de 100 toneladas para capturar atum. Como a quota era significativa, muitos armadores recusaram pescar, enquanto outros recusaram declarar as suas capturas.

O Sr. David Pavón perguntou se, para além da quota do atum patudo (*Thunnus obesus*) e do atum albacora (*Thunnus albacares*), seria incluída, na recomendação, a quota do atum rabilho (*Thunnus thynnus*). Segundo o regulamento europeu (2022/109)¹, até 2022, houve a atribuição de uma quota de 100 toneladas de atum rabilho (*Thunnus thynnus*) para ilhas europeias, diretamente pelo ICCAT. Sugeriu que fosse recomendado, tanto à Comissão Europeia como aos Estados membros, que voltassem a negociar nas reuniões do ICCAT, a atribuição dessa quota de atum

¹ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32022R0109>

rabilho (*Thunnus thynnus*). Também sugeriu que a Comissão Europeia (CE), tal como no ano transato, propusesse a atribuição 5% da quota de atuns tropicais, às pescas artesanais das RUPs, ou seja, cerca de 3 mil toneladas.

O Sr. João Delgado (Mútua dos Pescadores) informou que era essencial defender as pescas artesanais das comunidades locais das RUPs. Leu o quarto objetivo do código dos princípios internacionais da FAO para uma pesca responsável: «*promover a contribuição das pescas para a segurança alimentar e a qualidade dos alimentos, dando prioridade às necessidades nutricionais das comunidades locais*». O código europeu de boas práticas para uma pesca responsável estava de acordo com os princípios internacionais da FAO. Quem melhor garantia as necessidades de abastecimento público de pescado às comunidades locais, eram as pescas artesanais. A pesca artesanal também tinha menor impacto ambiental, cumprindo outro dos objetivos dos princípios internacionais anteriormente referidos. Considerando a crise energética global, nomeadamente em Portugal continental e nos países da União Europeia, era necessário defender uma pesca que tivesse menores consumos de combustíveis. Referiu que, antes do conflito entre a Ucrânia e a Rússia, havia um aumento do preço dos combustíveis fósseis. Por outro lado, a pesca artesanal também era importante do ponto de vista socioeconómico, pois confere estrutura cultural, social e económica às comunidades locais. Sugeriu que tendo em conta os vários argumentos, fosse solicitada a discriminação positiva da pesca artesanal para a defesa das comunidades das RUPs.

A Secretária-Geral informou que, por norma, as recomendações demoravam cerca de um mês e meio para serem aprovadas, pois demoravam dez dias úteis para a primeira aprovação e sempre que houvesse alterações seriam aprovadas em dois dias úteis. Considerando a reunião do Painel 1, no dia 23 de outubro, e o facto da Comissão Europeia solicitar que as recomendações sejam enviadas duas semanas antes das reuniões, a recomendação tinha de ser enviada a 25 de setembro para aprovação de dez dias úteis do Comité Executivo. Enviada à Comissão Europeia, no dia 9 de outubro. O primeiro rascunho da recomendação seria enviado para o Grupo de Trabalho de Pesca de Pelágicos, no dia 15 de setembro e aprovado, excepcionalmente, em 5 dias úteis até ao dia 22 de setembro. Informou que, só seria possível cumprir esses prazos, caso houvesse consenso durante a reunião. Propôs que durante a reunião fosse possível elaborar um texto base, com as opiniões consensuais dos membros.

O Sr. Gualberto Rita esclareceu que o objetivo era solicitar uma quota diretamente à Comissão Europeia e não ao ICCAT. Perguntou ao Sr. David Pavón se pretendia que fossem enviadas duas recomendações: uma para a Comissão Europeia e outra para o ICCAT sobre a quota

do atum rabilho (*Thunnus thynnus*).

O Sr. David Pavón esclareceu que a recomendação seria sempre dirigida à Comissão Europeia. A Comissão Europeia posteriormente solicitaria a atribuição da quota ao ICCAT.

A Sra. Emilia Dyer referiu que a recomendação iria incidir sobre a discriminação positiva da pesca artesanal das RUPs.

A maioria dos membros concordaram com a proposta de recomendação.

A Sra. Anaïs Mourtada (Comité National des Pêches Maritimes et Élevages Marins - CNPMM) informou que, durante a reunião, não podia indicar qual a opinião do CNPMM, pois era necessário consultar os membros. Todavia, referiu que estaria disponível para enviar contribuições relativamente à recomendação, por email.

Após algum debate sobre a aprovação de um rascunho de recomendação, a Sra. Emilia Dyer informou que, na próxima semana, seria enviado por email um rascunho da recomendação para todos poderem dar a sua devida opinião.

Resumo: O rascunho da recomendação seria enviado aos membros na próxima semana, para até ao dia 9 de outubro a recomendação ser enviada à Comissão Europeia.

8. Debate e aprovação do Plano de Trabalho do GT Pelágicos, para o ano 2023/24;

O Sr. Gualberto Rita leu a proposta de plano de trabalho do grupo de trabalho sobre Pesca de Pelágicos, para o próximo ano (2023/24) - previamente enviado por email - e perguntou aos membros se queriam debater algum ponto.

A Sra. Anne France concordou com a proposta de plano de trabalho e sugeriu que fosse acrescentado um ponto sobre os mercados e as tarifas aduaneiras da CE.

O Sr. Gualberto Rita questionou se algum membro era contra a inclusão da proposta da Sra. Anne France. Não havendo objeções, a proposta foi aceite.

A Sra. Anaïs Mourtada solicitou que fosse acrescentado no plano de trabalho, o debate sobre a utilização de dispositivos de agregação de pescado (FADs) e de dispositivos de agregação de pescado derivantes (dFADs) pelos pescadores das RUPs.

A Sra. Emilia Dyer perguntou se a Sra. Anaïs Mourtada pretendia que fosse elaborada uma

recomendação sobre a biodegradabilidade dos FADs .

A Sra. Anaís Mourtada informou que o objetivo era haver um debate entre o grupo de trabalho sobre o termo FADs (ancorados) e dFADs (derivantes), para que todos compreendessem a diferença e melhorasse a eficácia das futuras recomendações.

O Sr. Gualberto Rita questionou aos membros se aprovavam o plano de trabalho com as novas propostas. Não havendo objeções, o plano de trabalho foi aprovado.

Resumo: Foram acrescentados dois novos temas ao plano de trabalho: a utilização dos FADs e dos dFADs e ainda, os mercados e as tarifas aduaneiras da CE. O plano de trabalho foi aprovado por consenso.

10) Outros assuntos

O Sr. Gualberto Rita perguntou se algum membro pretendia abordar outro assunto. Não havendo pedidos de palavra, solicitou que os membros mencionassem quais as necessidades de cada região para a descarbonização da sua frota. Relativamente à descarbonização da frota dos Açores, referiu que havia muitas dificuldades em atingir esse objetivo, porque havia falta de meios técnicos: tanto equipamentos, como mão-de-obra. Outro entrave era o facto da potência da embarcação não poder aumentar. Apesar de haver boa vontade dos pescadores, ainda não era uma realidade adaptável às RUPs. Os equipamentos para as embarcações demoravam meses a chegar às ilhas através do continente, ou mesmo, inter-ilhas. Também era necessário fornecer mais formação aos pescadores, para poderem manusear os novos equipamentos. De um modo geral, havia falta de mão de obra no setor das pescas. Concluiu que se a descarbonização da frota, caso acontecesse, seria de uma forma muito gradual.

O Sr. Lionel Ragnauth informou que a frota da Guyana Francesa tinha que ser renovada, pois era crucial haver segurança a bordo. Só depois da frota ser renovada, poder-se-ia pensar na sua descarbonização. A descarbonização da frota era um objetivo muito ambicioso para a realidade das RUPs. Propôs que fosse elaborada uma recomendação sobre a renovação da frota.

O Sr. Jean-Michel Cotrebil informou que compreendia a importância da descarbonização das frotas, contudo, na Martinica, devido à proliferação de *Sargassum*, os motores das embarcações - ao fim de 1 a 2 meses - ficavam danificados. Além disso, devido ao *Sargassum*, estava a haver problemas de pigmentação nos motores. Cerca de 40% das zonas costeiras de Martinica tinham

proliferação de *Sargassum*. Ainda não havia estudos científicos sobre os impactos dessa proliferação.

O Sr. Gualberto Rita relembrou a importância de os membros participarem na próxima reunião do Grupo de Foco sobre a renovação da frota, no dia 20 de setembro. Informou que, na próxima reunião do Grupo de Trabalho sobre Aquacultura será abordada a proliferação de algas invasoras, nomeadamente o *Sargassum*.

A Secretária-Geral informou que, segundo as notas do secretariado, seria elaborado um rascunho de recomendação sobre a proliferação de *Sargassum* e, se possível, colaborariam com o Conselho Consultivo dos Mercados (MAC), pois era um problema que também envolvia os mercados. O objetivo era realizar uma recomendação conjunta, com o grupo de trabalho sobre aquacultura e o grupo de trabalho sobre a pesca de bentónicos e demersais, pois era um problema que influenciava tanto as pescas, como a aquacultura.

O Sr. José Basílio informou que, na Universidade de Valência, havia um projeto onde estudavam o uso de motores elétricos, em pequenas embarcações de pesca. Segundo esse estudo, não havia muita diferença monetária entre o uso de motores de combustão e o uso de motores elétricos. Isto porque, um motor de combustão tinha uma vida útil de 20 anos e era difícil competir com os custos de manutenção de uma embarcação elétrica e a compra de novas baterias. Este estudo foi realizado em águas salobras, na zona litoral de Valência, pelo que não tinham as mesmas condições das zonas de pesca das RUPs. Contudo, o estudo era interessante e podia partilhá-lo com o CCRUP, caso assim o pretendessem. Estava a ser estudada a hipótese de usar hidrogénio nas embarcações de pesca, contudo era um gás com elevada perigosidade. Por outro lado, para a mesma autonomia da embarcação era necessário 4 vezes mais quantidade de hidrogénio, do que combustível fóssil. Uma das soluções poderia ser o uso de hidrogénio para a criação de biocombustíveis. Concluiu que era fundamental haver mais fundos para a descarbonização da frota.

O Sr. João Delgado informou que, ainda havia muita falta de conhecimento sobre a transição energética e as suas consequências. Todos deviam proteger o planeta de forma rápida, mas também consistente e com o conhecimento necessário para apoiar a transição energética. A descarbonização da frota deve ser auxiliada pela renovação da frota. A especificidade de cada RUP deve ser tida em conta. Questionou quais seriam os impactos na produção e extração de lítio e como seria realizada a reciclagem das baterias das embarcações. Informou que 90% da frota

portuguesa tinha dimensões inferiores a 9 metros (de fora a fora). Havia dificuldades burocráticas e de licenciamento, bem como falta de mão-de-obra qualificada para assegurar a transição energética. A inflação de preços também era um dos problemas que o setor das pescas enfrentava.

O Sr. Jorge Gonçalves informou que, as opções atuais de mercado para a transição energética, não eram aplicáveis, nem eram competitivas, com a durabilidade de um motor de combustão. Questionou de que forma um motor elétrico, conseguiria fornecer a autonomia necessária, para as embarcações poderem ficar vários dias em alto mar. Caso fosse necessário colocar mais baterias a bordo, qual seria o impacto em termos de peso e, conseqüentemente, consumo de energia. Referiu que, para haver energia elétrica, seria necessário haver um motor de combustão. Ainda havia muito desconhecimento para ocorrer uma transição energética. Por outro lado, havia kits de hidrogénio que auxiliava na redução do consumo de combustível fóssil, em cerca de 10%. No caso dos Açores, não estava a ser viável investir na transição energética das embarcações, pois devido à implementação de novas áreas marinhas, não havia áreas de pesca suficientes para o desenvolvimento da atividade.

O Sr. David Pavón informou que o setor da pesca, era um dos setores com menor impacto na pegada de carbono. Contudo, também tinham que contribuir para a descarbonização. Cerca de 60% dos custos associados às embarcações de pesca estavam relacionados com o consumo de combustíveis fósseis. Pelo que, os pescadores tinham todo o interesse em conseguir reduzir os custos associados aos combustíveis fósseis e utilizar energias mais ecológicas e rentáveis. Ainda não havia tecnologia que desse resposta a todas as necessidades atuais do setor das pescas. Tal como fora recomendado pelo CCRUP, era necessário que o esforço de pesca não fosse associado à motorização da embarcação. Nas RUPs ocorriam várias intempéries e era essencial as embarcações terem motores fiáveis. Sugeriu que se compilasse a informação dos membros sobre a transição energética e que se enviasse à CE.

O Sr. Gualberto Rita referiu que todos os contributos tinham sido muito frutíferos e que poderiam ser debatidos na próxima reunião do Grupo de Foco sobre a Renovação da Frota e, posteriormente, elaborar uma recomendação.

O Sr. Jorge Gonçalves acrescentou que, nos Açores, algumas embarcações de menor dimensão, tinham painéis solares a bordo, que serviam para armazenar energia para pequenas baterias.

Resumo: Após algum debate, os membros concluíram que a transição energética seria um processo demorada. Ainda não existiam alternativas aos combustíveis fósseis, que tivessem em conta a realidade das RUPs. Os membros decidiram continuar o debate, na próxima reunião do grupo de foco sobre a renovação da frota, no dia 20 de setembro.

O Sr. Gualberto Rita comentou que a Sra. Charlina Vitcheva (Diretora-Geral dos Assuntos Marítimos e Pescas, da Comissão Europeia) referiu que as recomendações do CCUP eram muito interessantes e importantes para a CE e que tinha gostado da dinâmica dos membros do CCRUP, que mesmo em situações de maior entusiasmo, mantinham a calma e uma discussão construtiva. Acrescentou que desenvolviam um excelente trabalho, pois para além de apresentarem problemas, também estavam sempre disponíveis para apresentar soluções. Tinha parabenizado todos.

Não havendo mais intervenções nem pedidos de palavra, o Sr. Gualberto Rita deu por encerrada a reunião.

Conclusões/Recomendações

Os pontos de agenda foram cumpridos. ND.